

**A Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual no Contexto Escolar:  
Recursos e Desafios Enfrentados por Famílias e Professoras**

**The Inclusion of Students with Intellectual Disabilities in the School Context:  
Resources and Challenges Faced by Families and Teachers**

Buzolin, Adriane Aguiar <sup>1</sup>  
Costa, Amaraísa da <sup>2</sup>  
Flores, Thaís Casemiro <sup>3</sup>  
Hernandes, Franciele Baio <sup>4</sup>

**Resumo**

A inclusão educacional fundamenta-se no princípio de que todos os alunos devem aprender conjuntamente em escolas regulares, independentemente de suas diferenças. Nesse contexto, a parceria entre família e escola configura-se como elemento essencial para a efetivação do processo inclusivo. O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, identificando recursos e dificuldades a partir das percepções de responsáveis e professoras., baseando-se na vivência dos pesquisadores, buscando entender os aspectos relacionados ao contexto familiar, aos recursos e dificuldades no apoio aos filhos, à relação e participação na escola, às dificuldades enfrentadas pelos alunos, bem como ao percurso diagnóstico e aos acompanhamentos. No que se refere aos pesquisadores, destacaram-se temas relacionados à compreensão do processo de inclusão, à relação escola-família, às dificuldades cotidianas no contexto inclusivo, às práticas pedagógicas em sala de aula e ao desenvolvimento dos alunos. As pesquisas indicam que os responsáveis enfrentam desafios no suporte aos filhos diante das demandas escolares, tendo como principal recurso o apoio na relação com a escola, enquanto os professoras enfrentam entraves no processo de inclusão e fragilidades na parceria família-escola. O estudo contribui ao oferecer indicadores relevantes sobre o processo de inclusão, subsidiando reflexões e intervenções no contexto educacional inclusivo.

**Palavras-chave:** inclusão educacional; deficiência intelectual; família; professoras; escola.

---

<sup>1</sup> Diretor de escola - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: [adriane.buzolin@educacaoararas.sp.gov.br](mailto:adriane.buzolin@educacaoararas.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Professor de Educação Especial - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: [amaraisa.costa@professor.educacaoararas.sp.gov.br](mailto:amaraisa.costa@professor.educacaoararas.sp.gov.br)

<sup>3</sup> Professor de Educação Física - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: [thais.flores@professor.educacaoararas.sp.gov.br](mailto:thais.flores@professor.educacaoararas.sp.gov.br)

<sup>4</sup> Professor de Educação Especial - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: [franciele.baio@professor.educacaoararas.sp.gov.br](mailto:franciele.baio@professor.educacaoararas.sp.gov.br)

## **Abstract**

Educational inclusion is based on the principle that all students should learn together in regular schools, regardless of their differences. In this context, the partnership between family and school is an essential element for the effectiveness of the inclusive process. This study aimed to analyze the inclusion process of students with intellectual disabilities, identifying resources and challenges based on the perceptions of families and teachers, grounded in the researchers' experiences. The analysis sought to understand aspects related to the family context, resources and difficulties in supporting students, family–school relationships and participation, challenges faced by students, as well as diagnostic pathways and follow-up support. From the teachers' perspective, themes emerged concerning the understanding of the inclusion process, family–school relationships, daily challenges in inclusive contexts, classroom pedagogical practices, and student development. The findings indicate that families face challenges in supporting students in response to school demands, with the relationship with the school identified as a key resource. Teachers, in turn, encounter obstacles in the inclusion process and weaknesses in family–school partnerships. This study contributes by providing relevant indicators of the inclusion process, supporting reflections and interventions within inclusive educational contexts.

**Keywords:** educational inclusion; intellectual disability; family; teachers; school.

## **INTRODUÇÃO**

Diante dos desafios enfrentados cotidianamente pelos docentes em seus espaços de atuação, torna-se fundamental refletir sobre a formação profissional voltada ao atendimento de alunos com Deficiência Intelectual. A atuação pedagógica nesse contexto exige conhecimentos específicos, sensibilidade às diferenças e compreensão das particularidades do processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. A convivência no ambiente escolar evidencia as dificuldades compartilhadas por professores e alunos, especialmente quando há lacunas na formação docente para o trabalho com a educação inclusiva, o que pode comprometer o desenvolvimento educacional e social dos educandos.

Os alunos com Deficiência Intelectual, assim como aqueles que apresentam outras deficiências, devem ser reconhecidos pela sociedade como sujeitos de direitos, cidadãos que necessitam de acompanhamento contínuo e, sobretudo, de respeito. A oferta de um ensino de qualidade deve considerar suas limitações e potencialidades, garantindo oportunidades reais de aprendizagem e participação. Nesse sentido, a escola assume papel central na promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem condições adequadas para a inclusão.

Para compreender os desafios da formação docente no trabalho com alunos com Deficiência Intelectual, faz-se necessário considerar a realidade educacional na qual esses estudantes estão inseridos, bem como as estratégias utilizadas para lidar com as diferenças no ambiente escolar. A ausência de formação específica em educação especial pode levar a concepções equivocadas acerca das capacidades desses alunos, resultando, em alguns casos, em práticas excludentes e discriminatórias. Muitas vezes, os estudantes são inseridos no ensino regular sem o suporte especializado necessário, o que torna o processo de inclusão fragilizado e desafiador para todos os envolvidos.

Nesse cenário, a parceria entre escola e família revela-se essencial. A família desempenha um papel fundamental no acompanhamento do desenvolvimento do aluno, no fortalecimento de sua autoestima e na mediação da relação com a escola. Quando há diálogo e cooperação entre professores e familiares, cria-se uma rede de apoio que favorece o processo inclusivo, contribuindo para a superação de dificuldades e para a construção de trajetórias educacionais mais significativas. A

participação ativa da família possibilita uma compreensão mais ampla das necessidades do aluno e fortalece as ações pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar.

A inclusão educacional pressupõe que o aluno com Deficiência Intelectual não permaneça à margem do processo educativo, mas participe efetivamente das atividades escolares junto aos seus pares. Para isso, o docente deve buscar estratégias que promovam a interação, a socialização e o envolvimento do aluno em atividades coletivas, como trabalhos em grupo, projetos pedagógicos e momentos de troca de conhecimentos. O ambiente escolar deve ser acolhedor e favorecer a participação de todos, respeitando as diferenças e promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

A educação inclusiva, no contexto brasileiro, apresenta-se como um grande desafio, marcado por dificuldades históricas enfrentadas pelos profissionais da educação. No entanto, observa-se um movimento crescente em direção à construção de práticas mais inclusivas, que reconhecem a importância de adaptar a escola às necessidades dos alunos, e não o contrário. Conforme destaca Sasaki (2006), a inclusão implica uma inserção plena, na qual o aluno participa de todas as dimensões do processo educativo, construindo sua identidade e sendo valorizado por suas conquistas e avanços.

Dessa forma, a escola precisa se reorganizar continuamente, promovendo mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais que garantam condições adequadas para o atendimento dos alunos com Deficiência Intelectual. A formação docente, aliada ao envolvimento da família e ao apoio de uma equipe multidisciplinar, constitui um elemento central para o fortalecimento da inclusão, prevenindo situações de exclusão, preconceito e discriminação.

Por fim, a reflexão sobre os desafios da formação docente e da inclusão escolar contribui para a construção de práticas pedagógicas mais humanas, éticas e comprometidas com o direito à educação de todos. Reconhecer o papel da família, valorizar a formação continuada dos professores e promover ambientes escolares inclusivos são passos fundamentais para assegurar que os alunos com Deficiência Intelectual desenvolvam suas potencialidades e participem ativamente da vida escolar e social.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 Contextualização Histórica da Deficiência Intelectual e da Educação Inclusiva**

A compreensão do processo de escolarização de alunos com Deficiência Intelectual exige uma análise histórica que considere as transformações conceituais, pedagógicas e sociais relacionadas à educação especial. Conforme destaca Marques (2001), o conhecimento acerca da aprendizagem desses alunos contribui para que os professores compreendam melhor suas especificidades, reconhecendo a diversidade presente no contexto escolar e fortalecendo práticas pedagógicas mais inclusivas.

Historicamente, a Deficiência Intelectual foi compreendida a partir de uma perspectiva médica e classificatória, baseada predominantemente no Quociente de Inteligência (QI). A definição proposta pela Associação Americana de Retardo Mental (AAMR, 1992), amplamente aceita em documentos oficiais, passou a enfatizar não apenas o funcionamento intelectual abaixo da média, mas também as limitações nas habilidades adaptativas, como comunicação, autonomia, habilidades sociais, desempenho acadêmico, trabalho e participação social.

O Código Internacional de Doenças (CID-10) também utilizou o QI como critério classificatório, distinguindo a deficiência intelectual em níveis leve, moderado, grave e profundo. No entanto, avanços teóricos e sociais conduziram à superação dessa visão restrita, favorecendo uma abordagem mais ampla, que considera o sujeito em interação com o meio social, cultural e educacional.

A partir da Declaração de Montreal (2004), consolidou-se o uso do termo **Deficiência Intelectual**, substituindo a nomenclatura anterior, refletindo uma concepção que valoriza as potencialidades do indivíduo, suas condições de desenvolvimento e os apoios necessários para sua aprendizagem e participação social.

### **1.2 Aspectos Legais da Educação Especial**

A educação inclusiva fundamenta-se em princípios legais que asseguram o direito à educação para todos, sem discriminação. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seus artigos 205 e 208, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) reconhece a Educação Especial como uma modalidade de ensino, preferencialmente oferecida na rede regular, garantindo aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, recursos e organização adequados às suas especificidades. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como um complemento à escolarização, e não como substituição ao ensino comum.

A Declaração de Salamanca (1994) reforça o princípio de que as escolas devem atender todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, a inclusão pressupõe a reorganização da escola, de modo que esta se adapte às necessidades dos alunos, e não o contrário.

Apesar dos avanços legais, observa-se que a efetivação das políticas públicas ainda enfrenta desafios, sobretudo no que se refere à formação docente, à infraestrutura escolar e à oferta de apoio especializado suficiente para atender à diversidade presente no cotidiano escolar.

### **1.3 A Formação Docente e o Aluno com Deficiência Intelectual**

A formação inicial e continuada dos professores constitui um elemento central para a consolidação da educação inclusiva. Autores como Nóvoa (1997) e Perrenoud (2002) ressaltam que o desenvolvimento profissional docente deve estar pautado na prática reflexiva, no trabalho colaborativo e na construção de estratégias pedagógicas que considerem a heterogeneidade dos alunos.

Segundo Maués (2008), a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo, articulado à reflexão sobre a prática e à construção da identidade profissional. No contexto da inclusão, muitos professores enfrentam dificuldades decorrentes da ausência de formação específica para lidar com alunos com

Deficiência Intelectual, o que pode gerar insegurança, sentimentos de despreparo e práticas pedagógicas excludentes.

Marques (2001) destaca a expectativa social depositada no professor, frequentemente responsabilizado pela escolarização de todos os alunos, independentemente de sua formação ou do suporte institucional disponível. Tal realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho, formação e apoio pedagógico.

### **1.3.1 O Corpo Docente e a Participação da Família no Contexto Escolar**

A parceria entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento do aluno com Deficiência Intelectual. Conforme apontam Figueiredo (2003) e Marques (2001), as expectativas e atitudes dos familiares e dos professores influenciam diretamente o processo de aprendizagem e socialização do aluno.

A família constitui o primeiro espaço de socialização e desempenha papel essencial na construção da identidade, da autoestima e da autonomia do estudante. No entanto, sentimentos como medo, insegurança e superproteção podem limitar as oportunidades de desenvolvimento, especialmente quando há dificuldade de aceitação da deficiência.

A atuação conjunta entre escola e família favorece a criação de um ambiente de apoio, respeito às diferenças e valorização das potencialidades do aluno, contribuindo para a superação de barreiras atitudinais e sociais.

### **1.3.2 O Processo de Construção da Aprendizagem do Aluno com Deficiência Intelectual**

O processo de aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual deve ser compreendido a partir de seu ritmo, de suas experiências e das interações estabelecidas com o meio. De acordo com Moraes (2007), a aprendizagem ocorre por meio da interação mediada por relações familiares, escolares e sociais, sendo fundamental que essas interações sejam contínuas e significativas.

Vygotsky (1994; 1997) enfatiza que a deficiência não determina incapacidade de aprendizagem, mas exige mediações pedagógicas adequadas. Assim, o professor deve considerar as potencialidades do aluno, promovendo situações de

aprendizagem que estimulem a participação, a autonomia e a construção do conhecimento.

Práticas pedagógicas rígidas e padronizadas tendem a acentuar as dificuldades do aluno com Deficiência Intelectual. Por outro lado, propostas diversificadas, planejadas para toda a turma, favorecem a inclusão e o desenvolvimento coletivo.

### **1.3.3 A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual**

A inclusão escolar do aluno com Deficiência Intelectual representa um desafio que exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais. Sassaki (2006) destaca que a escola deve romper com práticas homogeneizadoras e adotar estratégias que assegurem os direitos de aprendizagem de todos os alunos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), a deficiência deve ser compreendida como resultado da interação entre as características do indivíduo e os ambientes em que está inserido. Dessa forma, a inclusão requer a transformação do contexto escolar, tornando-o acessível, acolhedor e capaz de responder à diversidade.

A efetivação da inclusão depende do fortalecimento da formação docente, do trabalho articulado com o Atendimento Educacional Especializado e do envolvimento da família. Ao reconhecer o aluno com Deficiência Intelectual como sujeito de direitos e possibilidades, a escola contribui para a construção de uma educação mais justa, democrática e comprometida com a diversidade humana.

Para a compreensão dos aspectos relacionados à metodologia científica, este estudo fundamenta-se nas contribuições de autores como Vieira (2010), Marconi e Lakatos (2007), entre outros, que discutem os princípios, conceitos e procedimentos essenciais para a produção do conhecimento científico. Esses autores destacam a importância do rigor metodológico, da organização sistemática do estudo e da coerência entre objetivos, abordagem e análise, oferecendo subsídios teóricos relevantes que contribuem para a reflexão sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento do trabalho acadêmico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise da literatura evidencia que a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual no ensino regular constitui um dos maiores desafios enfrentados pela educação contemporânea. Autores como Mantoan (1999), Facion (2002), Glat (2001) e Sasaki (2006) convergem ao afirmar que a simples inserção do aluno na escola comum não garante sua inclusão efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Para que a inclusão ocorra de forma significativa, é necessário que a escola se organize pedagogicamente, estruturalmente e atitudinalmente, considerando as especificidades e potencialidades de cada aluno.

Um dos principais entraves apontados pela literatura refere-se à formação docente. A ausência de formação inicial e continuada específica para o atendimento de alunos com Deficiência Intelectual gera insegurança, despreparo e dificuldades na elaboração de práticas pedagógicas inclusivas. Perrenoud (2002) e Nóvoa (1997) destacam que o professor necessita desenvolver competências profissionais que o capacitem a lidar com a diversidade presente em sala de aula, por meio de práticas reflexivas e estratégias pedagógicas flexíveis.

Nesse sentido, Glat e Müller (1999) ressaltam que a formação dos profissionais da educação especial deve ser compreendida como um espaço de reconstrução do processo educacional, uma vez que a inclusão exige mudanças profundas na concepção de ensino, aprendizagem e avaliação. A falta de apoio técnico, de recursos pedagógicos adequados e de profissionais especializados contribui para a fragilização do processo inclusivo, fazendo com que muitos alunos permaneçam à margem da aprendizagem, mesmo estando matriculados no ensino regular.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à importância da participação da família no contexto escolar. A família é considerada a base para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do aluno, desempenhando papel fundamental na construção de sua autonomia, autoestima e identidade. Autores como Figueiredo (2002) e Marques (2001) afirmam que a parceria entre escola e família fortalece o processo de inclusão, favorecendo a superação de barreiras e o desenvolvimento de práticas educativas mais eficazes.

Entretanto, a literatura também aponta que, em muitos contextos, a participação da família ocorre de forma limitada ou passiva, seja por

desconhecimento, insegurança ou pela transferência de responsabilidades exclusivamente para a escola. Tal situação compromete o acompanhamento do aluno e dificulta a construção de um trabalho colaborativo, essencial para o sucesso da inclusão. Conforme estabelece a Lei nº 9.394/96 (LDBEN), a educação é dever compartilhado entre o Estado, a escola e a família, sendo indispensável a atuação conjunta desses agentes.

No que se refere ao processo de aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual, Vygotsky (1986; 1997) destaca que a deficiência não deve ser compreendida como incapacidade, mas como uma condição que demanda mediações pedagógicas adequadas. A aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, e o aluno deve ser visto como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos quando lhe são oferecidas oportunidades, estímulos e desafios compatíveis com seu ritmo de desenvolvimento.

Mantoan e Batista (2005) reforçam que a valorização da autonomia, da criatividade e da expressão do aluno é essencial para que ele se reconheça como participante do processo educativo. Práticas pedagógicas inclusivas devem considerar os avanços individuais, evitando comparações com padrões homogêneos e respeitando as diferenças como elementos constitutivos da aprendizagem.

A literatura também aponta que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um recurso fundamental no processo de inclusão, desde que articulado ao ensino regular. Sua função não é substituir o ensino comum, mas complementar e apoiar o trabalho pedagógico, oferecendo condições para que o aluno com Deficiência Intelectual desenvolva suas habilidades e participe efetivamente das atividades escolares.

Por fim, os estudos analisados evidenciam que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo no que se refere à efetivação das políticas públicas, à formação docente e à estrutura das escolas. Bueno (2001) ressalta que não há soluções imediatas ou fórmulas prontas para a inclusão, sendo necessário um compromisso coletivo e contínuo com a transformação da educação.

Dessa forma, a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual deve ser compreendida como um processo em construção, que exige investimento, planejamento, formação profissional e mudança de atitudes. A escola, enquanto

espaço de convivência com a diversidade, tem o papel de promover práticas pedagógicas que assegurem o direito à aprendizagem, à participação e ao respeito às diferenças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

## **CONCLUSÃO**

A reflexão acerca dos desafios da formação docente para o atendimento de alunos com Deficiência Intelectual evidencia a existência de fragilidades significativas no processo de inclusão escolar. Observa-se que a insuficiência de investimentos na formação inicial e continuada dos professores, aliada à carência de políticas públicas efetivas, compromete a garantia de uma educação inclusiva de qualidade. Muitas instituições escolares ainda não dispõem de estrutura física adequada, recursos pedagógicos acessíveis ou profissionais especializados, o que dificulta a construção de práticas pedagógicas que atendam à diversidade presente no contexto educacional.

A inclusão de alunos com Deficiência Intelectual torna-se efetiva quando são asseguradas oportunidades significativas de aprendizagem, tanto para os estudantes quanto para a própria escola, que necessita de investimentos humanos, pedagógicos e estruturais. Nesse sentido, a formação docente assume papel central, uma vez que o professor é mediador do processo de ensino e aprendizagem e necessita estar preparado para reconhecer as especificidades dos alunos, adaptar estratégias pedagógicas e promover práticas avaliativas coerentes com suas necessidades.

Outro aspecto fundamental para o sucesso da inclusão refere-se à participação da família no processo educativo. A família constitui o primeiro espaço de socialização do aluno e exerce influência direta em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A articulação entre família e escola fortalece o acompanhamento do processo de aprendizagem, favorece a superação de dificuldades e contribui para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e colaborativo. Quando essa parceria é fragilizada, o processo de inclusão tende a se tornar mais limitado e menos eficaz.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de uma reorganização das práticas escolares, especialmente no que se refere à avaliação e ao currículo, que devem ser flexíveis e adaptados às singularidades dos alunos com Deficiência Intelectual. A adoção de estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças e respeitem os ritmos de aprendizagem é essencial para garantir o direito à educação e à participação efetiva desses alunos no ambiente escolar.

Dessa forma, a inclusão escolar exige transformações que vão além do espaço da sala de aula, envolvendo reformas educacionais, fortalecimento das políticas públicas e investimento contínuo na formação de professores para a educação especial. Professor, aluno e família configuram-se como elementos centrais desse processo, sendo imprescindível que atuem de forma articulada para a construção de uma escola mais justa, equitativa e inclusiva. Reconhecer que a diferença não representa incapacidade, mas uma condição que demanda atenção, acompanhamento e respeito, é um passo fundamental para a promoção de uma educação que valorize a diversidade e contribua para a formação plena dos sujeitos.

## **REFERÊNCIAS**

ADAM, H. A. Deficiência mental, relações humanas e sexualidade. In: CONGRESSO MUNDIAL DA LIGA INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL, 9., 1988, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1988.

BUENO, José Geraldo Silveira. A inclusão escolar de alunos deficientes em classes comuns do ensino regular. *Revista Temas sobre Desenvolvimento*, v. 9, n. 54, p. 21-27, jan./fev. 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Desafios da educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília: MEC/SEB, 2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CASADO MUÑOZ, Raquel. Educación para la salud de jóvenes con discapacidad intelectual. Burgos: Universidad de Burgos, 1997.

CAVALCANTE, T. C. F. Acessibilidade em indivíduos com impedimentos comunicativos: contribuições para a educação inclusiva. Recife, 2012.

FACION, J. R. Transtornos invasivos do desenvolvimento associados a graves problemas de comportamento: reflexões sobre o modelo integrativo. Brasília: CORDE, 2002.

FERREIRA SOBRINHO, Paulo. A escola do futuro. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FIGUEIREDO, Rita Vieira; GOMES, Adriana L. A emergência das estratégias de leitura em sujeitos com deficiência intelectual. In: ANPED. *Anais...* Poços de Caldas, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas públicas de inclusão: escola e gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (Org.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Comunicação ou extensão? 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GLAT, Rosana. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. *Revista Sousa Marques*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 16-22, 2000.

GLAT, Rosana. Prefácio. In: NUNES SOBRINHO, F.; NAUJORKS, I. M. (Org.). Pesquisa em educação especial: o desafio da qualificação. Bauru: EDUSC, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Compreendendo a deficiência intelectual: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência intelectual: concepções e prática pedagógica. Juiz de Fora: UFJF, 2001.

# **DIVULGA**★★★★★ **ESCRITOR**

MENDES, Enicéia Gonçalves. Construindo um lócus de pesquisa sobre inclusão escolar. In: MENDES, E. G.; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VIEIRA, José Guilherme Silva. Metodologia da pesquisa científica na prática. Curitiba: FAEL, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, Lev S. Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.